



**Dr. Moises Apsan**  
30 Anos de Experiência  
Licenciado em 50 Estados \*

1-(877) 8738510  
Agende uma Consulta



Original page: [Quem pôde ser deportado \(agora chamado remover\)?](#)



### **Quem pôde ser deportado (agora chamado remover)?**

Desde a aprovação do AEDPA (Ato Legislativo sobre Anti-Terrorismo e Pena de Morte Efetiva) e o IIRAIRA (Ato Legislativo sobre a Reforma da Imigração e Responsabilidade do Imigrante), ambos, em 1996, deportações de estrangeiros cresceram dramaticamente. É um falso conceito acreditar que apenas criminais perigosos são deportados, mas esse conceito é completamente errado. Está errado devido à dura provisão das leis de 1996, mesmo pequenas infrações podem levar alguém a ser deportado dos Estados Unidos, não importa quanto tempo ele tenha sido residente permanente legal.

Tudo depende das palavras de particulares estatutos violados, furtos em estabelecimentos comerciais, conduzir automóvel em estado de embriaguez, "joy-riding", conduta desprovável, etc. Qualquer uma dessas condenações, em algumas situações, podem ser usadas como fundamento para deportação. O mais incrível, na maioria dos casos importa há quanto atrás o ato tenha acontecido. Você pode ter tido cometido furto há dezoito anos atrás. Por outro lado, a lei também permite de crimes graves. O problema é que a terminologia "crime grave" é definida diferentemente e muito mais abrangente sob quaisquer leis de imigração anteriores que sob a lei penal. A maioria das pessoas não acreditariam que o que poderia ter sido um crime grave ou mesmo um ato deportável sob as leis de imigração ao tempo da condenação, pode ser um crime.

Se o USCIS sucede em provar que um estrangeiro é um "criminoso perigoso" sob as leis de imigração, ele é deixado praticamente sem opções para evitar a deportação. Agora note que qualquer violação do seu status nos Estados Unidos pode potencialmente resultar em ser colocado em processo de remoção. Essas violações incluem entrada aos Estados Unidos sem inspeção, documento apropriado ou através de fraude, re-entrada imprópria após deportação, falha em manter o status de não-imigrante, condenação por crime envolvendo baixa moral, condenamento por crime grave, envolvimento em prostituição, tornar-se institucionalizado rs custas de públicas dentro dos cinco anos da entrada, tornar-se um encargo público dentro dos cinco anos da entrada, falha em obter residência permanente após a concessão do Green Card Condicional através de casamento com cidadão americano ou residente permanente em situação legal, vício em narcóticos ou violação rs leis relacionadas as substâncias controladas, assistência a outro estrangeiro a entrar nos Estados Unidos, condenamento por posse de arma automática ou semi-automática.

Um encargo de deportação é normalmente seguido de uma ordem de exposição da causa, a qual exige que o estrangeiro compareça perante um juiz e demonstre porque ele não deveria ser deportado. Os novos casos se iniciam com a Notificação para Comparecimento e o estrangeiro é trazido a frente do Juiz para determinar se ele deveria ser removido dos Estados Unidos.